



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638498 - SP (2021/0000964-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CELSO CARLOS PEREZIN JUNIOR
ADVOGADO : CELSO CARLOS PEREZIN JUNIOR - SP441434
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ULERIK ILEK JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ULERIK ILEK JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 00027915520208260158).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e teve as penas fixadas em 5 anos de reclusão e em 500 dias-multa no regime inicial fechado.

Alega o impetrante que o paciente é primário e a pena estabelecida é inferior a 8 anos, impondo assim a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.

Alega ainda que o magistrado, ao fixar o regime mais gravoso para início do cumprimento da pena privativa de liberdade, não apresentou fundamento idôneo, não existindo assim motivo jurídico válido para a aplicação do regime fechado.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para a modificação do regime inicial de cumprimento da pena para o semiaberto.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente